

Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.

Demonstrações Financeiras
Consolidadas do Conglomerado Prudencial
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2017 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas do
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. ("Banco") e de suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional - CMN e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil - BACEN, descritos na nota explicativa nº 2 - "Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas".

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado Prudencial do Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. e de suas controladas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nesta data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280/13, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito nas notas explicativas nº 2 e nº 3 às referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações financeiras consolidadas, que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco foram elaboradas pela sua Administração para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/13, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais

O Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 27 de março de 2018.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280/13 do Conselho Monetário Nacional e as regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 3 às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280/13 do Conselho Monetário Nacional e as regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais – Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Consolidado para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Consolidado e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2018



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Vanderlei Minoru Yamashita
Contador
CRC nº 1 SP 201506/O-5

Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.

Demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Conteúdo

Relatório da Administração	1 - 2
Relatório dos Auditores Independentes	3 - 5
Balancos Patrimônias do Consolidado Prudencial	6 - 7
Demonstrações do Resultado do Consolidado Prudencial	8
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido do Consolidado Prudencial	9
Demonstrações dos Fluxos de Caixa do Consolidado Prudencial	10
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas	11

Relatório da Administração

(em milhares de Reais)

Apresentamos o Relatório da Administração e as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. encerradas em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. Essas demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/13 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN).

Desempenho das Atividades

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. apresentou prejuízo de R\$ 92.153, motivado principalmente pelo complemento de provisões para cobrir perdas com instrumentos de dívida a receber e créditos inadimplentes (vide notas explicativas nºs 8 “b” e 8 “c”) e pelo aumento dos custos de pessoal e administrativos decorrentes do plano de reestruturação organizacional implementado no decorrer do ano (vide nota explicativa nº 18).

O patrimônio líquido atingiu R\$ 528.246 ao final do exercício, após considerar o resultado do exercício. O índice de adequação do capital, instituído pelo Comitê da Basileia e normatizado pelo Banco Central do Brasil, atingiu 17,1% ao final do ano no “Conglomerado Prudencial”, superior ao mínimo de 10,5% exigido pelo Banco Central do Brasil.

O ativo total alcançou R\$ 4.882.168 ao final do exercício. As aplicações interfinanceiras de liquidez, as carteiras de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos atingiram R\$ 4.098.695 correspondente a 84,0% dos ativos totais.

A carteira de títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 2.109.882, correspondente a 43,2% dos ativos totais. Representada por 80,6% em títulos públicos e 19,4% em títulos de emissão privada. Esses títulos foram classificados nas seguintes categorias: 66,6% em “títulos para negociação”, 26,4% em “títulos disponíveis para venda” e 7,0% em “títulos mantidos até o vencimento”, em razão da intenção da Administração e da capacidade financeira em mantê-los até o vencimento. A posição de liquidez do Conglomerado, representada pela carteira de títulos livres, atingiu R\$ 698.726, correspondente a 1,3 vezes o patrimônio líquido final.

A carteira de crédito atingiu o saldo de R\$ 436.829 ao final do período. Essa carteira, incluindo as fianças prestadas no montante de R\$ 245.284, atingiu o saldo de R\$ 682.113 ao final do período. Dessa carteira de crédito, 62,5% das operações foram classificadas entre os níveis de risco “AA” a “C” em conformidade com a regulamentação em vigor do Banco Central do Brasil. As parcelas vencidas totalizaram R\$ 68.711 correspondente a 15,7% da carteira. A provisão para créditos de liquidação duvidosa totalizou R\$ 87.769, correspondente 20,1% da carteira de crédito.

Os recursos captados totalizaram R\$ 4.046.696 ao final do período, sendo representados por: R\$ 151.097 em depósitos interfinanceiros; R\$ 945.340 em depósitos a prazo; R\$ 2.613.986 em captações no mercado aberto; R\$ 223.890 em repasses do BNDES e R\$ 112.383 em letras financeiras e certificados de operações estruturadas.

Agradecimentos

É indispensável traduzir o reconhecimento ao trabalho de nossos funcionários, ao apoio de nossos acionistas e a confiança de nossos clientes e das instituições financeiras do mercado.

São Paulo, 27 de março de 2018.

A Administração

Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.

Balancos Patrimoniais do Consolidado Prudencial em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31.12.2017	31.12.2016
Circulante		3.598.761	7.220.511
Disponibilidades	4	10.150	4.434
Aplicações interfinanceiras de liquidez		1.859.541	2.842.688
Aplicações no mercado aberto	5	1.587.847	2.606.615
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	271.694	236.073
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		1.582.682	4.164.791
Carteira própria	6 a	379.942	795.408
Vinculados a compromissos de recompra	6 a	1.057.135	2.804.733
Vinculados à prestação de garantias	6 a	105.225	535.891
Instrumentos financeiros derivativos	7 a	40.380	28.759
Operações de crédito		74.359	113.674
Operações de crédito - Setor privado	8 a	109.711	121.578
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	8 b	(35.352)	(7.904)
Outros créditos		67.710	88.634
Créditos por avais e fianças honrados		33.795	-
Carteira de câmbio	9	-	37.342
Rendas a receber		973	7.152
Negociação e intermediação de valores	10 a	17.136	27.559
Diversos	10 b	49.601	16.919
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	8 b	(33.795)	(338)
Outros valores e bens		4.319	6.290
Despesas antecipadas		4.319	6.290
Realizável a longo prazo		1.254.232	1.514.625
Aplicações interfinanceiras de liquidez		79.304	58.459
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	79.304	58.459
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		577.168	815.329
Carteira própria	6 a	318.784	116.669
Vinculados a compromissos de recompra	6 a	18.852	337.807
Vinculados à prestação de garantias	6 a	229.944	-
Instrumentos financeiros derivativos	7 a	9.588	360.853
Operações de crédito		254.634	327.387
Operações de crédito - Setor privado	8 a	273.054	337.669
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8 b	(18.420)	(10.282)
Outros créditos		337.856	303.258
Rendas a receber		1.883	825
Diversos	10 b	336.175	302.632
Provisões para outros créditos de liquidação duvidosa	8 b	(202)	(199)
Outros valores e bens		5.270	10.192
Outros Valores e Bens		4.305	-
Despesas antecipadas		965	10.192
Permanente		29.175	31.793
Investimentos		9.979	9.979
Outros investimentos		9.979	9.979
Imobilizado de uso		10.277	11.310
Imóveis de uso		3	3
Outras imobilizações de uso		17.446	19.319
Depreciações acumuladas		(7.172)	(8.012)
Intangível		8.919	10.504
Ativos intangíveis		10.773	11.489
Amortização acumulada		(1.854)	(985)
TOTAL		4.882.168	8.766.929

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.

Balancos Patrimoniais do Consolidado Prudencial

em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota	31.12.2017	31.12.2016
Circulante		3.545.946	6.750.512
Depósitos		890.257	1.022.261
Depósitos interfinanceiros	11 a	151.097	131.341
Depósitos a prazo	11 a	739.160	890.920
Captações no mercado aberto		2.527.007	5.559.310
Carteira própria	11 a	954.226	2.977.151
Carteira livre movimentação	11 a	1.572.781	2.582.159
Recursos de aceites e emissão de títulos		65.214	28.006
Recursos de letras financeiras, crédito do agronegócio e letras de crédito imobiliário	11 a	64.374	16.653
Certificados de Operações Estruturadas	11 a	840	11.353
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais		24.195	23.793
BNDES	11 a	17.786	15.338
FINAME	11 a	6.409	8.455
Instrumentos financeiros derivativos		11.782	43.642
Instrumentos financeiros derivativos	7 a	11.782	43.642
Outras obrigações		27.491	73.500
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		2	2
Carteira de câmbio	9	-	37.216
Sociais e estatutárias		9.960	9.960
Fiscais e previdenciárias	10 c	3.134	6.212
Negociação e intermediação de valores	10 d	3.928	13.708
Diversas	10 e	10.467	6.402
Exigível a longo prazo		807.192	1.394.410
Depósitos		206.180	789.503
Depósitos interfinanceiros	11 a	-	286.462
Depósitos a prazo	11 a	206.180	503.041
Captações no mercado aberto		86.979	85.500
Carteira própria	11 a	86.979	85.500
Recursos de aceites e emissão de títulos		47.169	58.012
Recursos de letras financeiras, de crédito do agronegócio e letras de crédito imobiliário	11 a	47.169	58.012
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais		199.695	220.850
BNDES	11 a	199.314	214.064
FINAME	11 a	381	6.786
Instrumentos financeiros derivativos		99.085	54.153
Instrumentos financeiros derivativos	7 a	99.085	54.153
Outras obrigações		168.084	186.392
Fiscais e previdenciárias	10 c	28.426	43.735
Diversas	10 e	139.658	142.657
Resultado de exercícios futuros		784	698
Rendas antecipadas		784	698
Patrimônio líquido		528.246	621.309
Capital - De domiciliados no País	12 a	420.000	420.000
Reservas de lucros		203.503	203.503
Ajustes de avaliação patrimonial		(626)	(2.194)
Lucros/(Prejuízos) acumulados		(94.631)	-
TOTAL		4.882.168	8.766.929

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.

Demonstrações do Resultado do Consolidado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016
Receitas da intermediação financeira		203.868	710.555	1.493.729
Operações de crédito		20.221	46.226	74.734
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		137.863	507.108	962.689
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		45.113	154.408	455.714
Resultado de operações de câmbio		671	2.813	592
Despesas da intermediação financeira		(251.058)	(788.645)	(1.232.906)
Operações de captação no mercado		(221.792)	(698.834)	(1.194.861)
Operações de empréstimos e repasses		(9.216)	(18.825)	(20.612)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8 c	(20.050)	(70.986)	(17.433)
Resultado bruto da intermediação financeira		(47.190)	(78.090)	260.823
Outras receitas/despesas operacionais		(46.975)	(92.905)	(181.208)
Receitas de prestação de serviços	17 b	5.391	13.369	19.242
Despesas de pessoal	17 c	(24.943)	(63.737)	(75.153)
Outras despesas administrativas	17 d	(17.396)	(34.904)	(47.525)
Despesas tributárias	17 e	(3.006)	(6.644)	(9.889)
Outras receitas operacionais	17 f	570	7.273	3.000
Outras despesas operacionais	17 g	(7.591)	(8.262)	(70.883)
Resultado operacional		(94.165)	(170.995)	79.615
Resultado não operacional		12	22	(159)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(94.153)	(170.973)	79.456
Imposto de renda e contribuição social		42.093	80.399	(58.539)
Provisão para imposto de renda	13 a	5.953	6.865	(31.003)
Provisão para contribuição social	13 a	3.931	6.560	(21.832)
Ativo fiscal diferido	13 a	32.209	66.974	(5.704)
Participações no lucro		-	(1.579)	(2.192)
Lucro (Prejuízo) do semestre/exercício		(52.060)	(92.153)	18.725

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido do Consolidado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
			Legal	Para Expansão			
Patrimônio líquido em 01 de janeiro de 2016		420.000	30.106	171.172	(2.384)	-	618.894
Outros Eventos:							
. Ajuste a valor de mercado de TVM - Disponíveis p/Venda	6 b	-	-	-	190	-	190
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	18.725	18.725
Destinações do lucro:							
Reservas	12 c	-	936	1.289	-	(2.225)	-
Juros sobre capital próprio	12 b	-	-	-	-	(16.500)	(16.500)
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016		420.000	31.042	172.461	(2.194)	-	621.309
Ajustes de exercícios anteriores	9 g	-	-	-	-	(2.478)	(2.478)
Outros Eventos:							
. Ajuste a valor de mercado de TVM - Disponíveis p/Venda	6 b	-	-	-	1.568	-	1.568
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(92.153)	(92.153)
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017		420.000	31.042	172.461	(626)	(94.631)	528.246
Patrimônio líquido em 01 de julho de 2017		420.000	31.042	172.461	(5.403)	(42.571)	575.529
Outros Eventos:							
. Ajuste a valor de mercado de TVM - Disponíveis p/Venda		-	-	-	4.777	-	4.777
Prejuízo do semestre		-	-	-	-	(52.060)	(52.060)
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017		420.000	31.042	172.461	(626)	(94.631)	528.246

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa do Consolidado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	2º semestre 2017	Exercício 2017	Exercício 2016
Atividades operacionais			
Lucro (Prejuízo) do semestre/exercício	(52.060)	(92.153)	18.725
Ajustes ao lucro líquido	47.995	87.774	110.623
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	20.050	70.986	17.433
Depreciação e amortização	3.334	5.401	5.316
Obrigações fiscais correntes e diferidas	(9.884)	(14.296)	52.835
Créditos Tributários	(32.208)	(67.307)	5.704
Outras provisões operacionais	66.158	92.445	24.799
Encargos valores a pagar (mútuo)	87	87	109
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	458	458	4.427
(Aumento)/redução nos ativos operacionais	1.451.248	3.194.077	184.152
Aplicações interfinanceiras de liquidez	261.479	338.167	(833.273)
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.129.766	2.739.156	614.351
Operações de crédito	31.728	74.541	172.241
Outros créditos	24.761	35.320	235.632
Outros valores e bens	3.514	6.893	(4.799)
Aumento/(redução) nos passivos operacionais	(1.197.190)	(3.804.875)	729.128
Depósitos	(474.675)	(715.327)	293.253
Captações no mercado aberto	(738.465)	(3.030.823)	908.446
Recursos de aceites e emissão de títulos	12.792	26.365	(261.166)
Obrigações por empréstimos e repasses	(12.212)	(20.753)	(22.125)
Instrumentos financeiros derivativos	34.031	13.072	(142.799)
Outras obrigações	(16.918)	(74.152)	(37.922)
Resultados de exercícios futuros	252	86	(445)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(1.995)	(3.343)	(8.114)
Caixa líquido originado/ (aplicado) em atividades operacionais	249.993	(615.177)	1.042.628
Atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado de uso	(1.106)	(3.161)	(5.133)
Alienação de imobilizados de uso	173	377	1.096
Caixa líquido originado/(aplicado) em atividades de investimento	(933)	(2.784)	(4.037)
Atividades de financiamentos			
Juros sobre o capital próprio pagos	-	-	(30.850)
Caixa líquido originado/(aplicado) em atividades de financiamento	-	-	(30.850)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(458)	(458)	(4.427)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	248.602	(618.419)	1.003.314
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	733.138	1.600.159	596.845
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	981.740	981.740	1.600.159
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	248.602	(618.419)	1.003.314

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

O Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. (Banco) é uma empresa controlada direta do Haitong Bank S.A. (nova denominação social do Banco Espírito Santo de Investimento S.A.), com sede em Lisboa (Portugal), sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro, cujas atividades incluem as de distribuição de títulos e de corretagem de câmbio e valores mobiliários.

Em 12 de agosto de 2015, o Banco Central do Brasil aprovou a transferência do controle acionário indireto do Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. e de suas subsidiárias Haitong Securities do Brasil S.A. – CCVM e Haitong do Brasil DTVM S.A. para a Haitong International Holdings Limited, com sede em Hong Kong, subsidiária integral da Haitong Securities Co. Ltd, com sede em Xangai, China, conforme os termos do contrato de compra e venda firmado com o “Novo Banco” em dezembro de 2014. O Banco e suas subsidiárias não sofreram alterações em sua estrutura societária no Brasil, permanecendo sob controle direto do Haitong Bank S.A.. Por fim, o Banco Central do Brasil aprovou a mudança das denominações sociais do Banco e de suas subsidiárias em 08 de outubro de 2015.

Como parte da estratégia de negócios, foram mantidas as atividades do Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. – Cayman Branch, cujos ativos totais e patrimônio líquido totalizavam US\$ 125.099 mil (2016 US\$ 128.316 mil) e US\$ 98.806 mil (2016 US\$ 97.865 mil), respectivamente.

2. Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/13 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN). Dessa forma, foram observados requisitos específicos na consolidação e/ou combinação das entidades discriminadas na referida Resolução, que não necessariamente são os mesmos estabelecidos pela legislação societária e pelo próprio CMN ou BACEN para outros tipos de consolidação. Neste sentido, abrangem as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. (Banco), sua dependência no exterior, empresas controladas e fundos de investimentos conforme requerido na Resolução nº 4.280/13.

Para a elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial, foram eliminadas as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas. As demonstrações financeiras da dependência no exterior foram ajustadas às práticas contábeis vigentes no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, bem como, foram convertidas para reais de acordo com a taxa de câmbio da moeda local.

As demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial estão expressas em milhares de reais e foram aprovadas pela Administração em 27 de março de 2018.

Destacamos as sociedades, com participação direta e indireta, incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial:

	Atividade	% Participação	
		31.12.2017	31.12.2016
. Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	Banco de Investimento	Controlador	Controlador
. Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. - Cayman Branch	Banco de Investimento	100,00%	100,00%
. Haitong Securities do Brasil Corretora de C.V.M. S.A.	Corretora	100,00%	100,00%
. Haitong do Brasil Distribuidora de T.V.M. S.A.	Administradora de Ativos	100,00%	100,00%
. Haitong do Brasil Participações Ltda.	Holding	100,00%	100,00%
. Haitong Negócios S.A.	Holding	100,00%	100,00%
. FIM TREASURY Crédito Privado	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
. Western Star Fund Ltd	Fundo de Investimento	100,00%	-

3. Resumo das principais práticas contábeis

- a. As receitas e as despesas foram apropriadas pelo regime de competência.
- b. Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração do Banco em três categorias distintas, conforme determina a Circular BACEN n.º 3068 (vide nota n.º 6 “b”):
 - b.1)** Títulos para negociação: adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
 - b.2)** Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
 - b.3)** Títulos mantidos até o vencimento: adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e deduzidos de provisão, quando aplicável, em contrapartida ao resultado.
- c. O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos com intuito de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e de taxas de juros, utilizando-se para tal dos instrumentos disponíveis na BM&F Bovespa S.A. e no mercado de balcão. Esses instrumentos financeiros derivativos são avaliados a valor de mercado, em conformidade com Circular BACEN n.º 3082 (vide nota n.º 7 “a”). Os instrumentos financeiros derivativos (instrumentos de hedge) utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e passivos financeiros (itens objeto de hedge) são considerados como instrumentos de proteção (operação de hedge) e, quando da contratação da operação, são classificados na categoria “hedge de risco de mercado” (vide nota n.º 7 “c”). Adicionalmente, desde o início da operação e de maneira continuada, o Banco documenta se o instrumento de hedge é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor de mercado do item objeto de hedge, atribuível ao risco sujeito a hedge. A operação de hedge é descontinuada quando o Banco cancela ou não se qualifica mais como hedge ou o instrumento de hedge vence ou é vendido, rescindido ou executado. Os ganhos e perdas decorrentes das mudanças no valor de mercado dos instrumentos de hedge e dos itens objeto de hedge são registrados em contas de receitas e despesas no resultado.

- d. As operações de crédito foram classificadas de acordo com o julgamento da Administração em nove níveis de risco, levando em consideração a análise dos clientes e garantias, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2682/99. Após 60 dias, as rendas das operações vencidas somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H” (risco máximo), após 6 meses, são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando a atual conjuntura econômica e a expectativa de realização da carteira, de forma que apure a adequada provisão em montante suficiente para cobrir riscos específicos e globais, associada à provisão calculada de acordo com os níveis de risco e os respectivos percentuais mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2682 (vide nota 8 “b”).
- e. Redução do valor recuperável (*impairment*) - É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor da contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.
- f. Ativo permanente: demonstrado pelo custo, combinado com os seguintes aspectos:
- Outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.
 - Depreciação do imobilizado de uso é calculada pelo método linear às seguintes taxas anuais: 20% para sistemas de processamento de dados e veículos e 10% para móveis e equipamentos.
 - Intangível, representados por direito de uso de softwares, sendo sua amortização calculada pelo método linear durante o prazo do contrato.
- g. Os passivos circulante e exigível a longo prazo incluem os passivos conhecidos e calculáveis acrescidos dos encargos e das variações monetárias (em base *pro rata* dia) e cambiais incorridos, quando aplicável.
- h. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 (vide nota 14), o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3823/09, sendo:
- **Provisões:** são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
 - **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
 - **Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais:** decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

- i. As provisões para imposto de renda (IRPJ), contribuição social (CSLL), PIS e COFINS são calculadas às alíquotas de 15%, acrescidas de 10% acima de determinado limite, 15% até 31 de agosto de 2015, para empresas financeiras e 9% para empresas não financeiras; 0,65% e 4%, respectivamente, considerando para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada encargo (vide nota nº 13 “a” para IRPJ e CSLL). A Lei nº 13.169/15, alterou a Lei nº 7.689/88, elevando a alíquota da contribuição social para 20% referente ao período compreendido entre 1º de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018. A partir de 1º de janeiro de 2019, a alíquota voltará a ser de 15%. Também é observada a prática contábil de constituição de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados sobre prejuízos fiscais e adições temporárias às mesmas alíquotas vigentes utilizadas para constituição de provisão (vide nota nº 13 “b”). Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.
- j. Garantias financeiras prestadas: as perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculadas a garantias financeiras prestadas foram avaliadas de acordo com a natureza da obrigação prestada, na experiência passada, nas expectativas futuras e na política de avaliação de risco da Administração. Essa avaliação é revista pelo menos semestralmente. A provisão para garantias financeiras prestadas foi constituída em montante suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada, sendo registrada em adequada conta do passivo, tendo como contrapartida o resultado do período. A adoção desses procedimentos teve os seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017, sendo o registro da provisão constituída sobre a aplicação inicial realizado em contrapartida à conta de lucros acumulados, pelo valor líquido dos efeitos tributários, de acordo com a Resolução CMN nº 4512 (vide nota nº 10 “f”).
- k. As demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis brasileiras, incluem algumas contas cujos valores são determinados por estimativas baseadas na experiência passada, ambiente legal e de negócios, probabilidade de ocorrência de eventos sujeitos ou não ao controle da Administração, etc.. Essas estimativas são revistas pelo menos semestralmente, buscando-se determinar valores que mais se aproximem dos futuros valores de liquidação dos ativos ou passivos considerados.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Conforme a Resolução CMN nº 3604/08, incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias. O caixa e equivalentes de caixa, apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa compreendem:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Disponibilidades	10.150	4.434
- Aplicações no Mercado Aberto	699.896	1.359.652
- Aplicações em Moeda Estrangeira	271.694	235.574
- Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	499
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - Total	<u>971.590</u>	<u>1.595.725</u>
Total	<u>981.740</u>	<u>1.600.159</u>

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	31.12.2017				31.12.2016		
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 3 a 5 anos	Valor Contábil	Valor de Custo	Valor Contábil	Valor de Custo
- L.T.N.	-	-	-	-	-	41.792	41.792
- N.T.N.-O	2.250	-	-	2.250	2.250	-	-
Aplicações no mercado aberto - Posição Bancada	2.250	-	-	2.250	2.250	41.792	41.792
- L.T.N.	-	-	-	-	-	251.718	251.541
- N.T.N.-B	-	30.312	-	30.312	30.287	217.578	217.425
- N.T.N.-F	697.646	857.639	-	1.555.285	1.553.925	2.095.527	2.094.053
Aplicações no mercado aberto - Posição Vendida	697.646	887.951	-	1.585.597	1.584.212	2.564.823	2.563.019
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	79.304	79.304	79.304	58.958	58.958
Aplicações em moeda estrangeira	271.694	-	-	271.694	271.694	235.574	235.574
TOTAL em 2017 - R\$	971.590	887.951	79.304	1.938.845	1.937.460		
- %	50,1%	45,8%	4,1%	100,0%	-	-	-
TOTAL em 2016 - R\$	1.595.725	1.246.963	58.459	-	-	2.901.147	2.899.343
- %	55,0%	43,0%	2,0%	-	-	100,0%	-

6. Títulos e valores mobiliários

a. Composição da carteira

Títulos	31.12.2017			31.12.2016		
	Livres	Vinculadas	Total	Livres	Vinculadas	Total
L.F.T.	94.533	435.255	529.788	60.572	2.167.338	2.227.910
L.T.N.	291.316	666.540	957.856	646.127	419.087	1.065.214
N.T.N.-B	27.663	164.551	192.214	227	205.626	205.853
N.T.N.-F	21.459	-	21.459	11.364	711.697	723.061
Debêntures	161.127	28.784	189.911	141.754	60.588	202.342
Fundos de Investimentos	14.864	-	14.864	8.738	-	8.738
Aplicações em T.V.M. no exterior	16.810	116.026	132.836	20.413	114.095	134.508
Notas Promissórias	70.047	-	70.047	-	-	-
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	907	-	907	9.782	-	9.782
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	13.100	-	13.100
TOTAL	698.726	1.411.156	2.109.882	912.077	3.678.431	4.590.508

b. Classificação da carteira por categoria

Títulos	Sem Vencimento	31.12.2017					31.12.2017		31.12.2016	
		Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Contábil	Valor de Custo	Valor Contábil	Valor de Custo
L.F.T.	-	32.075	-	-	497.713	-	529.788	528.913	2.227.910	2.194.734
L.T.N.	-	527	168.479	657.012	-	-	826.018	821.563	293.107	222.425
N.T.N.-B	-	-	-	127	1.167	27.536	28.830	28.691	205.853	205.338
N.T.N.-F	-	5.903	-	-	1	15.555	21.459	21.526	723.061	719.225
Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	76.427
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	13.100	13.522
Total - Negociação (b.1)	-	38.505	168.479	657.139	498.881	43.091	1.406.095	1.406.693	3.463.031	3.431.671
L.T.N.	-	-	-	131.838	-	-	131.838	131.650	172.272	168.848
N.T.N.-B	-	-	-	-	163.384	-	163.384	164.002	-	-
Debêntures	-	-	9.933	97.371	53.103	14.469	174.876	175.561	133.706	141.203
Fundos de Investimentos	14.864	-	-	-	-	-	14.864	14.864	8.738	8.738
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	-	907	-	-	-	-	907	911	9.782	10.051
Aplicações em T.V.M. no exterior	-	-	-	-	1.258	-	1.258	1.258	-	-
Notas Promissórias	-	-	-	70.047	-	-	70.047	70.066	-	-
Total - Disponíveis para Venda (b.2)	14.864	907	9.933	299.256	217.745	14.469	557.174	558.312	324.498	328.840
L.T.N.	-	-	-	-	-	-	-	-	599.835	599.835
Debêntures	15.035	-	-	-	-	-	15.035	15.035	68.636	68.636
Aplicações em T.V.M. no exterior	-	-	116.026	3.192	9.706	2.654	131.578	131.578	134.508	134.508
Total - Mantidos até o Vencimento (b.3)	15.035	-	116.026	3.192	9.706	2.654	146.613	146.613	802.979	802.979
TOTAL em 2017 - R\$	29.899	39.412	294.438	959.587	726.332	60.214	2.109.882	2.105.618	-	-
- %	1,4%	1,9%	14,0%	45,5%	34,4%	2,9%	100,0%	-	-	-
TOTAL em 2016 - R\$	8.738	601.822	97.113	246.552	1.282.945	2.353.338	-	-	4.590.508	4.563.490
- %	0,2%	13,1%	2,1%	5,4%	27,9%	51,3%	-	-	100,0%	-

O valor de mercado dos títulos em carteira baseia-se em coletas de preços junto ao mercado na data do balanço. Caso não haja liquidez ou cotação de preços para calcular o valor de mercado de determinado

título, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação ou cotações de preços para títulos com características semelhantes.

- b.1.** “Títulos para negociação”: O ajuste positivo dos títulos no montante de R\$ 5.402 (2016 ajuste positivo R\$ 31.360), obtido entre os valores de custo de R\$ 1.400.693 (2016 R\$ 3.431.671) e de mercado R\$ 1.406.095 (2016 R\$ 3.463.031), foi registrado em conta adequada do resultado.
- b.2.** “Títulos disponíveis para venda”: O ajuste negativo dos títulos no montante de R\$ 1.138 (2016 ajuste negativo R\$ 3.990), obtido entre os valores de custo de R\$ 558.312 (2016 R\$ 328.840) e de mercado R\$ 557.174 (2016 R\$ 324.850), foi registrado em conta adequada de patrimônio líquido, líquido dos tributos.
- b.3.** “Títulos mantidos até o vencimento”: registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e deduzidos de provisão para valor recuperável de R\$ 80.014 (2016 R\$ 19.407), em contrapartida ao resultado do período. O valor de mercado desses títulos na data do balanço totalizava R\$ 163.115 (2016 R\$ 831.130).

7 Instrumentos financeiros derivativos

- a. Derivativos:* representados por operações de contratos futuros, a termo, opções e de swap, registrados na B3, envolvendo taxas pré-fixadas, mercado interfinanceiro (DI), variação cambial ou índice de preços. Esses instrumentos financeiros derivativos têm seus valores registrados em contas de compensação e os ajustes/diferenciais em contas patrimoniais, conforme demonstrado abaixo:

	31.12.2017			31.12.2016		
	Valores de mercado		Valores de custo atualizados	Valores de mercado		Valores de custo atualizados
	Valores referenciais	Exposição líquida ativa/(passiva)	Exposição líquida ativa/(passiva)	Valores referenciais	Exposição líquida ativa/(passiva)	Exposição líquida ativa/(passiva)
PRÉ	9.600	(1.125)	(1.337)	26.290	(1.333)	(701)
CDI	1.821.223	(57.600)	(52.244)	2.218.146	324.684	349.285
DOLAR	1.231.181	7.025	14.561	607.097	5.001	7.167
LIBOR	-	-	-	63.360	(1.118)	(127)
Swaps	3.062.004	(51.700)	(39.020)	2.914.893	327.234	355.624
DOLAR	147.365	(8.213)	(7.932)	896.797	(35.128)	(29.491)
EURO	-	-	-	16.059	(136)	(145)
Termo de moedas	147.365	(8.213)	(7.932)	912.856	(35.264)	(29.636)
DOLAR	-	-	-	7.780	-	305
AÇÕES	1.743	34	36	8.827	227	364
DOLAR - COE	-	-	-	-	3	5
Compra de opção de compra	1.743	34	36	16.607	230	674
AÇÕES	-	-	-	5.457	45	42
DI	-	-	-	7.864.500	-	5.170
DOLAR - COE	-	-	-	-	2	4
Compra de opção de venda	-	-	-	7.869.957	47	5.216
DOLAR	18.987	(1.001)	(1.714)	9.750	-	(438)
AÇÕES - COE	859	(19)	(63)	-	(308)	(986)
DOLAR - COE	-	-	-	-	(11)	(23)
Venda de opção de compra	19.846	(1.020)	(1.777)	9.750	(319)	(1.447)
DI	-	-	-	7.861.000	-	(4.020)
AÇÕES - COE	-	-	-	-	(45)	(220)
DOLAR - COE	-	-	-	-	(66)	(63)
Venda de opção de venda	-	-	-	7.861.000	(111)	(4.303)
TOTAL Instrumentos Financeiros Derivativos						
(Ativo - Passivo)	3.230.958	(60.899)	(48.693)	19.585.063	291.817	326.128

	31.12.2017			31.12.2016		
	Valores de mercado		Valores de custo atualizados	Valores de mercado		Valores de custo atualizados
	Valores referenciais	Exposição líquida ativa/(passiva)	Exposição líquida ativa/(passiva)	Valores referenciais	Exposição líquida ativa/(passiva)	Exposição líquida ativa/(passiva)
DI	11.595.823	6.623	6.623	11.682.725	270	270
DDI	3.191.056	(694)	(694)	7.308.221	(2.238)	(2.238)
DOLAR	841.036	1.534	1.534	145.049	(356)	(356)
OC	-	-	-	484.557	16	16
Futuros - Compras e Vendas	15.627.915	7.463	7.463	19.620.552	(2.308)	(2.308)

Os prêmios/diferenciais a receber e a pagar das operações de opções, termo e swaps e os ajustes diários a receber e a pagar das operações de futuros estão ajustados ao seu valor de mercado e são registrados em contas patrimoniais de “Instrumentos financeiros derivativos” e de “Negociação e intermediação de valores”, respectivamente e, os valores de referência dessas operações registrados em contas de compensação.

Para a obtenção dos valores de mercado o Banco adotou os seguintes critérios: operações de Futuros utilizam-se cotações em bolsa, operações de Opções utilizam-se modelos próprios de precificação baseando-se em parâmetros de mercado e para operações a Termo e de *Swaps* estimam-se o fluxo de caixa futuro de cada uma de suas partes descontadas a valor presente, conforme curvas de correção, que refletem os fatores de risco adequados, sendo principalmente com base nos preços da B3.

A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada em razão da liquidação financeira diária. Os contratos de *Swaps* proporcionam risco de crédito no caso de a contraparte não ter a capacidade ou a disposição para cumprir suas obrigações contratuais. Na data do balanço, a exposição total de risco de crédito em *swaps* de que trata o art. 1º item III da Circular BACEN nº 2.770 totalizava R\$ 421.896 (2016 R\$ 730.248).

b. Composição dos instrumentos derivativos por prazos de vencimento:

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total 31.12.2017	Total 31.12.2016
	<i>Swaps</i> (a)	(754)	37.509	(88.455)	-	-	(51.700)
Termo de moedas (a)	(8.081)	44	(176)	-	-	(8.213)	(35.264)
Opções (a)	(24)	(97)	(865)	-	-	(986)	(153)
Total em 31.12.2017	(8.859)	37.456	(89.496)	-	-	(60.899)	-
Total em 31.12.2016	10.525	(25.410)	27.161	279.970	(429)	-	291.817
Futuros em 31.12.2017 (b)	1.789.218	4.847.723	6.520.094	818.169	1.652.711	15.627.915	-
Futuros em 31.12.2016 (b)	2.599.190	5.375.791	6.811.146	2.920.241	1.914.184	-	19.620.552

(a) valores de exposição líquida e (b) valores de referência

c. Derivativos utilizados como instrumentos de hedge de risco de mercado

Em 31.12.2017, o Banco possuía estrutura de hedge contábil de risco de mercado com o objetivo de compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado decorrentes da variação acumulada da taxa de juros DI e da taxa de juros pré-fixadas contratadas nas seguintes aplicações e captações:

Objeto de Hedge	Risco	Instrumento de Hedge	Valor de mercado		Variação no valor de mercado		31.12.2017	
			Instrumento de Hedge	Objeto de Hedge	Instrumento de Hedge	Objeto de Hedge	% Efetividade	
			Aplicações em compromissadas (a)	Pré	Futuros	1.581.727	1.585.597	8.912

Objeto de Hedge	Risco	Instrumento de Hedge	Valor de mercado		Variação no valor de mercado		31.12.2016	
			Instrumento de Hedge	Objeto de Hedge	Instrumento de Hedge	Objeto de Hedge	% Efetividade	
			Aplicações em compromissadas (a)	Pré	Futuros	2.545.188	2.564.647	29.881
Depósito a prazo (b)	Pré	Futuros	174.213	167.544	2.589	2.485	104,2%	

- a) O ajuste positivo a valor de mercado das aplicações em compromissadas objeto de hedge totalizou R\$ 1.385 (2016 R\$ 1.804) e encontra-se registrado no grupo de “Aplicações no mercado aberto” (vide nota 5) e
- b) O ajuste positivo a valor de mercado das captações em depósitos a prazo objeto de hedge totalizou R\$ zero (2016 R\$ 3.786) e encontra-se registrado no grupo de “Depósitos” (vide nota 11 “a”).

8 Operações de crédito

Na data do balanço, a carteira de crédito expandida, considerando fianças honradas e créditos decorrentes de contratos de exportação, atingiu 436.829 (2016 R\$ 479.892). Se incluído o saldo de R\$ 245.284 (2016 R\$ 319.389) de fianças prestadas, registradas em contas de compensação, a carteira totalizaria R\$ 682.113 (2016 R\$ 799.281).

a. Composição da carteira por atividade econômica e por prazos de vencimento

	Parcelas a Vencer					Parcelas Vencidas		Total 31.12.2017	Total 31.12.2016
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Até 3 meses	De 3 a 12 meses		
Empréstimos - Indústria	7.090	13.636	1.676	1.676	904	-	-	24.982	42.289
Empréstimos - Comércio	45	83	-	-	-	-	-	128	17.568
Empréstimos - Outros Serviços	-	1.634	57.183	-	-	-	34.917	93.734	114.158
Financiamentos - Indústria	3.295	8.109	21.624	17.289	99.495	-	-	149.812	154.863
Financiamentos - Outros Serviços	4.371	10.422	19.296	17.818	36.093	-	-	88.000	103.018
Financiamentos a exportação - Indústria	142	25.967	-	-	-	-	-	26.109	27.351
Total - Operações de Crédito	14.943	59.851	99.779	36.783	136.492	-	34.917	382.765	459.247
Fianças honradas - Outros Serviços	-	-	-	-	-	-	33.795	33.795	-
Créditos decorrentes de contratos de exportação - Indústria	21	-	-	-	20.248	-	-	20.269	20.645
Total - Outros Créditos Diversos (nota 10 "b")	21	-	-	-	20.248	-	33.795	54.064	20.645
TOTAL em 31.12.2017 - R\$	14.964	59.851	99.779	36.783	156.740	-	68.712	436.829	-
- %	3,4%	13,7%	22,9%	8,4%	35,9%	0,0%	15,7%	100,0%	-
TOTAL em 31.12.2016 - R\$	52.507	50.697	146.692	38.847	172.079	18.395	675	-	479.892
- %	10,9%	10,6%	30,6%	8,1%	35,9%	3,8%	0,1%	-	100,0%

b. Classificação da carteira de crédito por níveis de risco

A Resolução CMN nº 2682 introduziu os critérios para a classificação das operações de crédito e para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os quais baseiam-se em sistemas de avaliação de risco de clientes e operações. A seguir, demonstramos a composição da carteira de crédito e a provisão para créditos de liquidação duvidosa mínima exigida nos correspondentes níveis de risco:

Níveis de Risco	%	31.12.2017					31.12.2016				
		Saldo da Carteira			Provisão		Saldo da Carteira			Provisão	
		Parcelas a Vencer	Parcela vencida	Total	Mínima Exigida	Contábil	Parcelas a Vencer	Parcela vencida	Total	Mínima Exigida	Contábil
AA	-	80.497	-	80.497	-	-	106.086	-	106.086	-	-
A	0,5	172.225	-	172.225	861	861	207.434	-	207.434	1.037	1.138
B	1,0	20.270	-	20.270	203	203	47.818	-	47.818	478	478
C	3,0	-	-	-	-	-	27.589	-	27.589	828	1.379
D	10,0	40.776	-	40.776	4.078	4.078	62.245	18.395	80.640	8.064	8.064
E	30,0	54.350	-	54.350	16.305	16.305	-	-	-	-	-
F	50,0	-	-	-	-	-	-	675	675	338	338
G	70,0	-	7.963	7.963	5.574	5.574	7.748	-	7.748	5.424	5.424
H	100,0	-	60.748	60.748	60.748	60.748	1.902	-	1.902	1.902	1.902
TOTAL		368.118	68.711	436.829	87.769	87.769	460.822	19.070	479.892	18.070	18.723

c. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Em 31 de dezembro de 2016 a provisão para créditos de liquidação duvidosa totalizava R\$ 18.723, sendo movimentada no decorrer do exercício por: a) complemento R\$ 71.022 (2016 R\$ 17.433), b) reversão R\$ 35 (2016 R\$ zero), c) baixa de operações de crédito R\$ 1.903 (2016 R\$ 21.737) e d) variação cambial negativa R\$ 38 (2016 R\$ 34), atingindo o saldo final de R\$ 87.769, correspondente a 20,1% (2016 3,90%) da carteira de crédito. No decorrer dos exercícios de 2017 e 2016 não ocorreram recuperações de créditos e o saldo das operações renegociadas em 2017 totalizou R\$ 51.100 (2016 R\$ 51.068).

d. Concentração da carteira de crédito (incluem fianças prestadas)

	31.12.2017		31.12.2016	
	Montante	%	Montante	%
. Maior devedor	143.573	21,0%	146.742	21,5%
. 10 maiores devedores	575.636	84,4%	613.485	89,9%
. 20 maiores devedores	672.501	98,6%	740.974	108,6%
. 50 maiores devedores	682.113	100,0%	799.281	117,2%
. Total da carteira	682.113	100,0%	799.281	100,0%

9 Carteira de Câmbio

	Outros Créditos		Outras Obrigações	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
Câmbio comprado a liquidar	-	16.183	-	-
Câmbio vendido a liquidar	-	-	-	21.199
Direitos sobre vendas de câmbio	-	21.159	-	-
Obrigações por compras de câmbio	-	-	-	16.017
TOTAL	-	37.342	-	37.216

10 Outros créditos e outras obrigações

a. Outros créditos - Negociação e Intermediação de Valores (Ativo)

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
. Depósitos em garantia realizados em bancos no exterior	8.083	18.579
. Caixa de registro e liquidação	-	5.242
. Devedores - conta liquidações pendentes	9.027	3.712
. Operações de intermediação de swaps	26	26
TOTAL	<u>17.136</u>	<u>27.559</u>

b. Outros créditos - Diversos

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
. Créditos decorrentes de contratos de exportação (nota nº 8 "a")	20.269	20.645
. Créditos tributários (nota nº 13 "b")	212.378	144.601
. Devedores por depósitos em garantia (nota nº 14 "a")	139.478	139.933
. Impostos e contribuições a compensar	12.076	10.793
. Devedores diversos, adiantamentos e pagamentos a ressarcir	1.575	3.579
TOTAL	<u>385.776</u>	<u>319.551</u>

c. Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
. Impostos e contribuições sobre lucros	921	720
. Impostos e contribuições a recolher	2.212	3.892
. Provisões para impostos e contribuições diferidas (vide nota nº 14 "b")	28.427	45.335
TOTAL	<u>31.560</u>	<u>49.947</u>

d. Outras obrigações - Negociação e Intermediação de Valores (Passivo)

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
. Credores - conta liquidações pendentes	3.928	13.591
. Operações com ativos financeiros realizados na BM&F Bovespa, cujas liquidações ocorrem até o 3º dia útil subsequente à data do balanço	-	97
. Comissões e corretagens a pagar	-	20
TOTAL	<u>3.928</u>	<u>13.708</u>

e. Outras obrigações - Diversas

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
. Provisão para pagamentos a efetuar	4.469	4.560
. Provisão para passivos trabalhistas (vide nota nº 14 "c")	-	1.674
. Provisões para riscos fiscais (vide nota nº 14 "a")	139.044	140.054
. Provisões para garantias financeiras prestadas	3.500	-
. Provisão para riscos de crédito e contraparte	588	728
. Credores diversos - País	2.524	2.043
TOTAL	<u>150.125</u>	<u>149.059</u>

- f. **Garantias financeiras prestadas:** A Resolução CMN nº 4512 de 28.07.2016 regulamentou sobre a avaliação de perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculadas a garantias financeiras prestadas, bem como, sobre a constituição e registro de provisão suficiente para cobertura dessas prováveis perdas a serem aplicados de forma prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2017. O Banco, em janeiro 2017, procedeu avaliação inicial e constituiu provisão para cobertura de eventuais perdas para as garantias financeiras prestadas no montante de R\$ 4.506, em contrapartida à conta de lucros acumulados no patrimônio líquido, (R\$ 2.478 líquido dos créditos tributários). No decorrer do exercício, parte dessa provisão foi revertida no montante de R\$ 1.006 contra o resultado, atingindo o saldo final de R\$ 3.500 correspondente a 1,4% da carteira de fianças prestadas (R\$ 245.284).

11 Recursos captados

a. Composição da carteira por prazos de vencimento

						31.12.2017		31.12.2016	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Contábil	Valor de Custo	Valor Contábil	Valor de Custo
. Interfinanceiros (a)	91.386	59.711	-	-	-	151.097	151.097	417.803	417.803
. A Prazo (b)	145.793	593.367	206.180	-	-	945.340	945.340	1.393.961	1.408.811
Depósitos	237.179	653.078	206.180	-	-	1.096.437	1.096.437	1.811.764	1.826.614
Captações no mercado aberto	1.637.793	889.214	-	86.979	-	2.613.986	2.613.986	5.644.810	5.666.867
Letras financeiras (c)	5.265	59.109	47.169	-	-	111.543	111.543	74.665	74.665
Certificados de Operações Estruturadas	-	840	-	-	-	840	840	11.353	11.353
Obrigações p/Repasse (BNDES) (d)	5.554	12.232	39.613	35.108	124.593	217.100	217.100	229.402	229.402
Obrigações p/Repasse (FINAME) (d)	2.081	4.328	381	-	-	6.790	6.790	15.241	15.241
TOTAL em 31.12.2017 - R\$	1.887.872	1.618.801	293.343	122.087	124.593	4.046.696	4.046.696	-	-
- %	46,7%	40,0%	7,2%	3,0%	3,1%	100,0%	-	-	-
TOTAL em 31.12.2016 - R\$	4.517.686	2.115.684	604.818	398.780	150.267	-	-	7.787.235	7.824.142
- %	58,0%	27,2%	7,8%	5,1%	1,9%	-	-	100,0%	-

Em 31.12.2017, os recursos captados no País e no Exterior possuíam as seguintes características:

- a) Depósitos interfinanceiros com vencimentos até julho de 2018, indexados à variação do DI;
- b) Depósitos a prazo negociados a taxa prefixada até 19,06% a.a., com vencimentos até novembro de 2019 e indexados à variação do DI com vencimentos até dezembro de 2019;
- c) Letras financeiras emitidas com vencimento até novembro de 2020, basicamente indexados à variação do DI e IPCA; e
- d) Obrigações para repasses (BNDES) com vencimentos até março 2034 basicamente indexados à variação da TJLP acrescidos de juros até 7,8% a.a..

b. Concentração dos Depósitos (incluem depósitos interfinanceiros e a prazo)

	31.12.2017		31.12.2016	
	Montante	%	Montante	%
. Maior depositante	200.436	18,3%	417.114	23,0%
. 10 maiores depositantes	955.475	87,1%	1.458.324	80,5%
. 20 maiores depositantes	1.058.775	96,6%	1.588.991	87,7%
. 50 maiores depositantes	1.095.458	99,9%	1.743.933	96,3%
. Total de Depósitos	1.096.437	100,0%	1.811.764	100,0%

12 Patrimônio Líquido

- a. **Capital Social:** o capital social de R\$ 420.000 é representado por 127.338.665 ações nominativas, sendo 63.669.344 ações ordinárias e 63.669.321 ações preferenciais, sem valor nominal.
- b. **Dividendos:** o Estatuto Social prevê dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado conforme artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas. Para as ações preferenciais é atribuído um dividendo no mínimo 10% superior ao valor atribuído às ações ordinárias, conforme inciso I do artigo 17 da Lei nº 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei nº 9.457/97.

Por conta do prejuízo obtido no exercício de 2017, a Administração decidiu não distribuir dividendos. Em 2016, os juros sobre o capital próprio totalizaram R\$ 16.500, correspondente aos valores brutos de R\$ 0,123405454654673 por ação ON e R\$ 0,13574600012014 por ação PN, sujeitos à incidência de imposto de renda na fonte à alíquota de 15%. Os juros sobre o capital próprio foram calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) sobre as contas do patrimônio líquido nos termos da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995. A adoção do pagamento desses juros sobre capital próprio aumentou o resultado do Banco em aproximadamente R\$ 7.425 face ao benefício fiscal obtido. Os juros foram contabilizados em conformidade com a Circular BACEN nº 2739/97 e em atendimento às disposições fiscais.

c. Reservas de Lucros: A Reserva para Expansão é constituída com o objetivo de amparar futuros planos de investimentos conforme previsto em orçamento de capital e, será utilizada para compensar prejuízos, quando houver, ou aumentar o capital social. Do lucro líquido do exercício, 5% se aplicam na constituição da Reserva Legal, que não deve exceder 20% do capital.

13 Imposto de renda e contribuição social

a. Demonstração de cálculo do imposto de renda e da contribuição social

	Exercício findo 31.12.2017		Exercício findo 31.12.2016	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	(170.973)	(170.973)	79.456	79.456
Adições / (Exclusões) Permanentes e Temporárias	181.290	181.772	(72.040)	(68.791)
. Despesas não dedutíveis	81.828	80.480	4.637	13.615
. Provisões Indedutíveis	79.629	79.629	24.503	15.115
. Variação cambial de investimentos no exterior	(5.574)	(5.574)	63.467	63.467
. Juros sobre capital próprio	-	-	(19.750)	(19.750)
. Participações no lucro	(1.579)	(1.579)	(2.192)	(2.192)
. Ajuste de TVM e derivativos ao valor de mercado	28.816	28.816	(139.046)	(139.046)
. Outras adições / (exclusões)	(1.830)	-	(3.659)	-
Base de cálculo dos encargos antes da compensação	10.317	10.799	7.416	10.665
(-) Prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL	(2.190)	(2.137)	(828)	(828)
Base de cálculo dos encargos	8.127	8.662	6.588	9.837
Total dos encargos devidos no período	(1.930)	(1.614)	(3.752)	(3.748)
Constituição (Reversão) de créditos tributários de IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa	(547)	(276)	2.085	427
Constituição (Reversão) de créditos tributários de IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias	37.736	30.061	(2.413)	(5.803)
(Constituição) Reversão de IRPJ e CSLL Diferidos sobre ajuste ao valor de mercado de títulos e derivativos	8.795	8.174	(27.251)	(18.084)
IRPJ e CSLL apropriados ao Resultado	44.054	36.345	(31.331)	(27.208)

b. Créditos tributários e provisões diferidas

	Saldo em 31.12.2016	Constituição	Realização e/ou Reversão	Saldo em 31.12.2017
Movimentação do exercício 2017				
Base negativa de Contribuição Social	9.431	-	(276)	9.155
Prejuízo fiscal de Imposto de Renda	16.238	-	(547)	15.691
Provisão para devedores duvidosos	8.393	31.960	(856)	39.497
Créditos baixados para prejuízo	9.781	35.389	-	45.170
Provisão p/riscos de crédito, mercado e liquidez	36.608	37.910	(34.590)	39.928
Provisão para fianças prestadas	-	2.028	(454)	1.574
Provisão para riscos fiscais	54.400	2.315	(2.721)	53.994
Perdas com operações de swaps	6.178	-	-	6.178
Outros créditos tributários	1.776	123	(1.280)	619
SUB TOTAL de Créditos Tributários (C.T.)	142.805	109.725	(40.724)	211.806
Ajuste a valor de mercado de TVM - Disponíveis para Venda	1.796	-	(1.224)	572
TOTAL de Créditos Tributários (C.T.)	144.601	109.725	(41.948)	212.378
TOTAL Passivos Diferidos (ajuste positivo de vr. de mercado de Títulos, Derivativos e Itens objeto de hedge)	(45.335)	(263)	17.171	(28.427)
TOTAL, posição líquida de provisões diferidas	99.266	109.462	(24.777)	183.951

Movimentação do exercício 2016	Saldo em 31.12.2015 (Reapresentado)	Constituição	Realização e/ou Reversão	Saldo em 31.12.2016
SUB TOTAL de Créditos Tributários (C.T.)	148.509	52.608	(58.312)	142.805
Ajuste a valor de mercado de TVM - Disponíveis para Venda	1.951	-	(155)	1.796
TOTAL de Créditos Tributários (C.T.)	150.460	52.608	(58.467)	144.601
TOTAL Passivos Diferidos (ajuste positivo de vr. de mercado de Títulos, Derivativos e Itens objeto de hedge)	-	- 45.335	-	- 45.335
TOTAL, posição líquida de provisões diferidas	150.460	7.273	(58.467)	99.266

b.1. O saldo de créditos tributários líquido de obrigações fiscais diferidas totalizou R\$ 183.951 (2016 R\$ 99.266) representando 34,8% (2016 16,0%) do patrimônio líquido final. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social totalizaram R\$ 212.378 (2016 R\$ 144.601) representando 40,2% (2016 23,3%) do patrimônio líquido final, sendo registrado no grupo “Outros Créditos – Diversos” (vide nota 10 “b”). A constituição desses créditos tributários está fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. A Administração, após considerar as provisões para imposto de renda e contribuição social diferidas, estima que a realização desses créditos tributários ocorrerá na seguinte proporção:

	Créditos Tributários	Obrigações Diferidas	Posição Líquida	Valor Presente	% Realização	
					Anual	Acumulado
2018	59.289	(16.416)	42.873	40.106	23,3%	23,3%
2019	29.036	(453)	28.583	26.788	15,5%	38,8%
2020	17.228	847	18.075	16.721	9,8%	48,7%
2021	12.215	396	12.611	11.677	6,9%	55,5%
2022	75.497	(16.227)	59.270	54.880	32,2%	87,7%
2023	3.208	3.112	6.320	5.852	3,4%	91,2%
2024	3.473	45	3.518	3.257	1,9%	93,1%
2025	3.853	209	4.062	3.761	2,2%	95,3%
2026	3.915	-	3.915	3.625	2,1%	97,4%
2027	4.664	60	4.724	4.374	2,6%	100,0%
TOTAL	212.378	(28.427)	183.951	171.040		

Em 31.12.2017 e 2016 inexistiam créditos tributários não ativados e o valor presente dos créditos tributários calculados com base na taxa Selic monta em R\$ 171.040 (2016 R\$ 89.995).

b.2. As provisões para imposto de renda e contribuição social diferidas de R\$ 28.427 (2016 R\$ 45.335) foram calculadas sobre os ajustes positivos de valor de mercado dos títulos e instrumentos financeiros derivativos, sendo registrado na rubrica “Fiscais e Previdenciárias” do grupo “Outras Obrigações” (vide nota 10 “c”).

14 Provisões, Passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais

O Banco e suas controladas, no curso normal de suas atividades, são partes em processos de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e cível. As respectivas provisões foram constituídas levando-se em conta a legislação em vigor, a opinião dos assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos Tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitam a sua estimativa da forma mais adequada possível.

a.Obrigações Legais: referem-se a obrigações tributárias cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação na esfera judicial, com destaque para:

- a) o recolhimento das contribuições ao PIS e à COFINS sobre o faturamento, afastando-se a aplicação do artigo 3º da Lei nº 9.718, que promoveu o indevido alargamento da base de cálculo das referidas contribuições, cuja provisão e depósito judicial correspondente totalizavam R\$ 137.542 (2016 R\$ 138.552) e R\$ 137.596 (2016 R\$ 138.067), respectivamente. Tanto os saldos da obrigação legal como do depósito judicial foram atualizados com base na variação da taxa SELIC.
- b) cobrança de supostos créditos tributários de IRPJ, IRRF e PIS, cujos valores foram depositados em juízo para obter certidão positiva, com efeitos de negativa, da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional cujos saldos de provisão e correspondente depósito judicial totalizavam R\$ 1.502 (2016 R\$ 1.502).

Essas obrigações legais encontram-se registradas na rubrica “Contingências fiscais” do grupo “Outras Obrigações - Diversas” (nota 10 “e”) e os depósitos judiciais existentes encontram-se registrados na rubrica “Devedores por Depósitos em Garantia” do grupo “Outros Créditos - Diversos” (nota 10 “b”).

b.Passivos Contingentes:

As empresas integrantes do Conglomerado possuíam as seguintes principais contingências que foram avaliadas individualmente por nossos assessores legais como de “perda possível”:

- i) previdenciárias R\$ 11.593: processos administrativos relativos a incidência de contribuição previdenciária sobre verbas não remuneratórias;
- ii) fiscais R\$ 86.024: representados principalmente por processos administrativos relativos a compensação de bases negativas na apuração da CSLL do ano base 2008 (R\$ 1.269), cobrança de IRPJ e CSLL sobre a atualização dos títulos patrimoniais das Bolsas e da CETIP (R\$ 41.116); cobrança de PIS e COFINS sobre os lucros obtidos nas vendas das ações das Bolsas e da CETIP (R\$ 38.388) e compensações pleiteadas por PER/DCOMP e não homologadas (R\$ 4.884); e
- iii) trabalhistas R\$ 17.529: ações judiciais movidas por ex-empregados que buscam obter indenizações referentes a pretensos direitos trabalhistas.

c.Movimentação das provisões, passivos contingentes e obrigações legais

	Saldo em 31.12.2016	Complemento	(Reversão)	Saldo em 31.12.2017
Obrigações Legais (nota 14 "a")				
. PIS e COFINS	138.552	4.989	(5.999)	137.542
. CSLL	1.502	-	-	1.502
Passivos Contingentes (nota 14 "b")				
. Trabalhista	1.674	-	(1.674)	-
TOTAL	141.728	4.989	(7.673)	139.044

15 Transações entre partes relacionadas

- a. As transações com partes relacionadas são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas que atuam integradamente nos mercados financeiros e de capitais, e estão assim representadas:

		Ativos/(Passivos)		Receitas/(Despesas)	
		31.12.2017	31.12.2016	2017	2016
Diferencial de “swap” a receber/ (a pagar)		-	(303)	(236)	(1.529)
Haitong Investment Ireland Plc. (Irlanda)	Ligada	-	(303)	(236)	(1.529)
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		(9.195)	(9.195)	-	(13.200)
Haitong Bank S.A. (Lisboa)	Controlador direto	(9.195)	(9.195)	-	(13.200)
Corretagens em operações de Bolsa		(60)	12	(60)	65
Haitong Securities (UK) Limited	Ligada	(60)	12	(60)	65

- b. Os honorários pagos aos Administradores, considerados “pessoal-chave”, totalizaram R\$ 7.942 (2016 R\$ 9.957). O Banco e suas controladas não possuem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal - chave da Administração.

16 Gerenciamento de riscos

a. Introdução

O Haitong Brasil assume claramente que o gerenciamento do risco das suas atividades é um dos seus pilares estratégicos para seu crescimento e desenvolvimento no país e, dessa forma, proteger o capital da instituição e viabilizar a melhor rentabilidade dos seus negócios. Estes objetivos são alcançados através da definição do apetite de risco pelo acionista e suportados por uma estrutura de políticas e procedimentos totalmente aderentes a legislação local, melhores práticas internacionais e integrados com o acionista.

b. Tipos de Risco

- **Risco de Mercado:** trata da possibilidade de perdas em função de oscilações desfavoráveis nos fatores de risco que o banco estiver exposto, tais como taxas de juros, moedas, preços, índices, etc. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado através de informações diárias à Administração, à Tesouraria e ao controle de riscos na matriz. O monitoramento vale-se dos níveis atuais de exposição perante os limites estabelecidos. São utilizadas as principais métricas usuais de mercado como: VaR (*Value at Risk*), análise de sensibilidade (V01) e *Stress Testing*. Complementando a estrutura de acompanhamento, é reportada diariamente a exigência de capital para cobertura dos riscos de mercado, conforme normas estipuladas pelo Banco Central do Brasil.
- **Risco de Crédito:** trata-se do risco associado a um prejuízo potencial pelo não-cumprimento das obrigações futuras por parte de um cliente com o qual se mantém uma relação financeira direta ou indireta. O gerenciamento do risco de crédito é feito através do monitoramento das exposições com os clientes, tanto as atuais quanto as potenciais futuras, *vis a vis* os limites estipulados individualmente a cada cliente ou grupo econômico a que este cliente pertença. Toda exposição a risco de crédito é aprovada localmente (CCR) e referendada pela matriz em comitês globais de crédito (GCC). A concessão de limites pelo Banco passa por um processo de atribuição de *rating* aos clientes dos diferentes segmentos de risco e segue metodologia interna global. Complementando o controle dos riscos de crédito, mensalmente são apuradas informações do Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO) para avaliação do risco de crédito ao nível do consumo de capital associado às posições.
- **Risco de Liquidez:** o controle do risco de liquidez é feito através do monitoramento diário da liquidez disponível, ou seja, instrumentos considerados como sendo HQLA (*High Quality Liquid Asset*) e que estejam desonerados de qualquer embaraço. Além disso, faz-se também o monitoramento mensal dos indicadores de liquidez definidos pelo Comitê de Basiléia, nomeadamente LCR (*Liquidity Coverage Ratio*) e NSFR (*Net Stable Funding Ratio*). Todas estas métricas são reportadas à Administração, a Tesouraria e ao controle de riscos na matriz, as quais devem estar em conformidade com os limites definidos internamente. Adicionalmente, se utiliza de mecanismos de projeção de fluxos de caixa, adotando-se de premissas quanto ao comportamento das entradas e saídas futuras num período de até 365 dias corridos, conforme rege as boas práticas do controle do risco de liquidez.
- **Risco Operacional:** constitui uma categoria de risco da qual deve abranger toda a instituição, incluindo todos os seus colaboradores os serviços prestados por terceiros. O banco possui ferramentas adequadas para avaliar, gerenciar e monitorar os riscos operacionais decorrente de suas atividades. Tudo com o intuito de manter o funcionamento regular da instituição e evitar ao máximo

a ocorrência de perdas, tanto efetivas quanto potenciais. As ocorrências de eventos de risco operacional são registradas em sistema próprio (GRO – Gerenciamento do Risco Operacional) pelas respectivas áreas. Os eventos são monitorados e reportados, pela área de Controle de Riscos, ao Comitê de Riscos Operacionais a qual participam a Administração e demais áreas responsáveis.

- **Risco de Compliance:** Está associado ao descumprimento de legislação, regulamentos internos, código de ética e conduta e boas práticas bancárias, impactando em sanções, perdas financeiras e imagem da instituição. O risco de Compliance é gerenciado de modo preventivo, através de monitoramentos das atividades, acultramento dos colaboradores, treinamentos sobre legislação e normas internas aplicáveis aos negócios do Banco.
- **Risco de Lavagem de Dinheiro e de Financiamento ao Terrorismo:** Risco de, eventualmente, o Banco ser intencionalmente utilizado para a lavagem de dinheiro, através de seus produtos e serviços, com recursos de origem ilícita no Brasil e/ou no exterior, tais como corrupção, tráfico de entorpecentes e evasão de divisas. O risco de financiamento ao terrorismo relaciona-se à possibilidade de utilização do Banco para operações de pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas em transações que envolvem recursos destinados a atividades terroristas. Tais pessoas podem ou não constar de listas internacionais divulgadas pelo GAFI – Grupo de Ação Financeira Internacional, Organização das Nações Unidas (ONU), União Europeia, entre outras. Para prevenir e combater a lavagem de dinheiro e o financiamento ao terrorismo, o Banco dispõe de ferramentas de controle e monitoramento baseados em práticas internacionais, que abrangem governança corporativa, sistemas informáticos e equipes capacitadas para conduzir os monitoramentos internos. O Banco realiza treinamentos periódicos a todos os seus colaboradores sobre prevenção a lavagem de dinheiro e combate ao financiamento ao terrorismo, para capacitá-los às suas políticas internas sobre o assunto.
- **Risco Reputacional:** está associado a uma percepção desfavorável do Banco pelos diversos agentes com os quais se relaciona, sejam agentes internos ou externos, e que podem ter um impacto desfavorável no âmbito dos resultados, bem como na dinâmica e evolução das atividades da instituição.
- **Risco Socioambiental:** em conformidade com a Resolução CMN nº 4327 e com base às disposições da Lei de Crime Ambiental, o risco socioambiental, incluindo o risco de imagem, é um fator considerado nas análises de risco de crédito e operacional a que a instituição está exposta. Dessa forma, o gerenciamento adequado do risco socioambiental está atrelado a mitigação dos eventos que podem impactar o risco operacional, risco de crédito, risco reputacional e risco de capital da instituição. A instituição estabelece um questionário de responsabilidade socioambiental como formulário indispensável no cadastro do cliente. Além disso, a aprovação de qualquer tipo de operação é submetida às análises pertinentes, considerando a possível existência de impacto socioambiental na destinação dos recursos. Sempre que houver algum risco socioambiental, os contratos vinculados estabelecerão cláusula específica de vencimento antecipado, a obrigação do devedor manter as licenças ambientais em dia e a de informar a instituição qualquer autuação que tenha sofrido.

c. **Gestão Integrada de Riscos e Capital e Segmentação**

De acordo com as atividades previstas pela “Agenda BC+” e com o alinhamento internacional para as melhores práticas de regulamentação prudencial, foi publicada a Resolução CMN nº 4553, que estabeleceu a segmentação das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar no país para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial, sem prejuízo da segurança, solidez das instituições financeiras, com maior eficiência e menor custo de observância. Nesse contexto, o **Haitong Brasil** foi classificado no segmento “**S3**” designado as instituições de porte entre 0,1% e 1% do PIB na data da publicação.

Na sequência, em 23 de fevereiro de 2017, foi publicada a Resolução CMN nº 4557 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital (GIR). A Resolução aponta para a necessidade de implementação de uma estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e capital, requerimentos para definição da Declaração de Apetite por Riscos (RAS, “*Risk Appetite Statement*”), estabelecimento de programa de testes de estresses, a constituição de Comitê de Riscos e a indicação de diretor responsável pelo gerenciamento de riscos (CRO), com definições de atuação, responsabilidades e requisitos de independência.

d. Governança de Riscos e Capital

O Conselho de Administração (CA) do Haitong Brasil é o principal órgão responsável pelo estabelecimento das diretrizes, políticas e alçadas para o gerenciamento de riscos e capital. Por sua vez, o Departamento de Controle de Riscos, através do CRO, é responsável por subsidiar os membros do CA no desempenho de suas atribuições relacionadas à gestão de riscos e de capital. Ao nível Executivo, assumem papel importante na gestão do risco e do capital, a Diretoria do Banco, o Diretor responsável (CRO - *Chief Risk Officer*), o Comitê de Crédito e Riscos (CCR) no Brasil e o Comitê Global de Crédito (GCC) Haitong Bank em Portugal.

O gerenciamento e controle de riscos e capital do Haitong Brasil está estruturado de acordo com responsabilidades suportadas em “Três Linhas de Defesa” que desempenham funções independentes, de forma não comprometer a sua efetividade, bem como atuação distinta entre si, conforme segue:

1. *Primeira Linha de Defesa* é aquela representada pelas áreas de negócios (*Front-Office*), responsável por identificar, mensurar, avaliar, controlar, reportar e mitigar os riscos das suas operações e atividades por elas originadas.
2. *Segunda Linha de Defesa* é uma unidade independente representada pela Diretoria de Controle de Riscos. A responsabilidade dessa segunda linha é assegurar o monitoramento e controle do risco de forma garantir que as atividades do Banco estão aderentes ao nível de apetite de risco definido pela Administração do Banco. No Haitong Brasil, além do Controle de Risco, a segunda linha também tem o suporte das áreas de Compliance e TI/Segurança.
3. *Terceira Linha de Defesa* é representada pela Auditoria Interna, que, de modo independente, revisa e valida as atividades das duas primeiras linhas de defesa e contribui para seu aprimoramento. O suporte da Diretoria e do Conselho de Administração completa a atuação em terceira linha de defesa.

O funcionamento das “Três Linhas de Defesa”, mesmo independentes entre si, deve ocorrer de forma coordenada, com objetivo de maximizar sua eficiência e contribui para o desenvolvimento do Banco.

Cultura de Risco: O Haitong Brasil tem adotado ações diversas para disseminar a cultura de risco, de forma a fortalecer valores e alinhar suas diretrizes e o apetite de risco da instituição junto aos seus colaboradores. Dessa forma, o Banco torna transversal e eficiente o funcionamento das três linhas de defesa mencionadas anteriormente.

e. Gestão Integrada de Riscos

De forma conceitual, a gestão de riscos é de responsabilidade de todas as áreas e colaboradores os quais devem informar tempestivamente os riscos, as falhas e as deficiências de controle às áreas em condições de saná-las.

O Haitong Brasil possui uma área responsável pela Gestão Integrada de Riscos, cuja as atribuições são exercidas de forma centralizada e independente, liderada pelo CRO (*Chief Risk Officer*). Esta unidade é responsável pela identificação, monitoramento e reporte dos riscos considerados relevantes pela Administração (riscos materiais), utilizando-se de processos específicos, metodologias internas, limites, políticas e procedimentos de controles estabelecidos em conformidade com o apetite de risco

definido pelo Conselho de Administração, consoante com as diretrizes estabelecidas e autorizadas pelo acionista.

A área de Controle de Risco é responsável pela medição, monitoramento, reporte e o controle contínuo e integrado das posições e exposições ao risco *vis a vis* aos limites pré-aprovados, para todas as operações realizadas e dos fatores de risco que incorre, cujos processos são formalizados através de relatórios periódicos. Adicionalmente é responsável pela realização de testes de estresse dos riscos da carteira do Banco. As referidas exposições aos riscos materiais e posições em carteira própria que norteiam os limites de tolerância a risco são definidos e formalizados nos respectivos comitês internos de governança.

Valores atualizados com base no último relatório distribuído – 31/12/2017:

- **Risco de Mercado:** O VaR do Banco totalizava R\$ 1.828 (Média de R\$ 2.674 em 2017), o que representou 0,41% do Patrimônio de Referência de encerramento do exercício.
- **Risco de Liquidez:** A liquidez livre/disponível totalizava R\$ 686.360 (Média de R\$ 854.707 em 2017), o que representou 1,53 vezes o PR. O Banco apura os indicadores de liquidez LCR e NSFR para efeitos de consolidação com a matriz e para sua gestão interna, embora não haja requerimento local pelo regulador para o Haitong Brasil. Na data, o LCR encontrava-se em 465,9% e o NSFR em 115,9%, ambos superiores aos limites estabelecidos pelos reguladores local e global.
- **Razão de Alavancagem:** Na data de fechamento esse índice reportado foi de 6,31%.
- **Risco de Crédito:** As operações de crédito e fianças totalizavam R\$ 682.113 correspondente a 13,9% do Ativo Total, sendo distribuídas pelos seguintes principais setores: Energia Elétrica (37,9%); Telecomunicações (13,2%); Água e Saneamento (10,8%); Infraestrutura e Transportes (8,5%) e; Agroalimentar (7,6%). Desta carteira, 56,9% das operações estavam cobertas por garantias cedidas pelos clientes, representadas principalmente por: Títulos Caucionados (44,9%); Avais, Fianças e SBLCs (36,4%); equipamentos (6,7%) e o restante distribuído entre conta reserva, vinculação de receitas, imóveis e grãos em penhor (12%).

f. Gerenciamento de Capital:

O gerenciamento de capital é definido como processo contínuo de monitoramento e controle do capital do Banco, avaliação da necessidade de capital face aos riscos a que a instituição está sujeita e o planejamento de metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. Sempre adotando uma postura prospectiva e antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Como responsável pelo gerenciamento de capital perante o Banco Central do Brasil foi designado o Diretor responsável de Riscos (CRO – *Chief Risk Management*), atualmente subordinado ao Presidente. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas do mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos integrados relevantes incorridos pelo Banco. Caso a avaliação da necessidade de capital aponte para um valor acima do Mínimo Capital exigido pelo Regulador, a instituição adotará medidas cabíveis a de fim de manter o capital compatível com os resultados das suas avaliações internas.

O Plano de Capital do Haitong Brasil é elaborado de forma consistente com o planejamento estratégico e é preparado concomitantemente com a revisão anual do Plano de Negócios e Orçamento anual. As responsabilidades e a estrutura organizacional do gerenciamento de capital envolvem a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração, as áreas de Controle de Riscos e de Controle de Gestão. Além disso, conforme prevê legislação vigente, possui Plano de Contingência que possibilita a capitalização adequada em caso de condições de estresse, exigindo assim, acionar os estágios necessários e mais adequados, para a aplicação do Plano de Contingência estabelecido e aprovado pela alta Administração.

17 Outras informações

- a. O Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. apura seus limites operacionais de forma consolidada, dentro dos parâmetros definidos por Basiléia III, requerimentos que impuseram maior e melhor qualidade no nível de capital das instituições, além das medidas de caráter prudencial, o que tornou o sistema financeiro mais resiliente as crises que venham ocorrer. A seguir, demonstramos a relação entre os patrimônios líquidos de referência e exigido e os riscos médios ponderados (RWA):

	Conglomerado Prudencial
. Capital Principal	447.237
. Patrimônio de Referência - Total	447.237
. RWA - risco de crédito	130.117
. RWA - risco de mercado	91.019
. RWA - risco operacional	21.454
. Patrimônio de Referência exigido	242.590
. Excesso de PR (TIER I + TIER II)	204.647
. % Índice em 31.12.2017 - de Basiléia	17,1%
. % Índice em 31.12.2016 - de Basiléia	17,7%
Adicional de Capital Principal - Segmento "S3"	32.782
. Excesso de PR (TIER I + TIER II) + ACP	171.865
. % Índice em 31.12.2017 - de Basiléia	16,8%
. % Índice em 31.12.2016 - de Basiléia	17,6%
. Montante do PR apurado para cobertura do risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (IRRBB)	27.726

b. Receitas de prestação de serviços

	2º sem. 2017	Exercício 2017	Exercício 2016
Comissões de colocação e distribuição de títulos	17	48	88
Corretagens de operações em Bolsas	-	95	4.931
Garantias prestadas	3.536	7.391	8.370
Assessoria técnica especializada	1.829	5.801	4.230
Taxas de gestão e de administração de recursos de terceiros	-	-	30
Comissões sobre serviços recebidos do exterior	-	-	531
Outras receitas	9	34	1.062
TOTAL	5.391	13.369	19.242

c. Despesas de Pessoal

	2º sem. 2017	Exercício 2017	Exercício 2016
Administradores	3.457	7.942	9.957
Pessoal - Proventos	13.167	34.669	40.228
Encargos sociais	5.378	14.698	16.774
Benefícios	2.930	6.414	8.121
Treinamento	11	14	4
Estagiários	-	-	69
TOTAL	24.943	63.737	75.153

d. Outras despesas administrativas

	<u>2º sem. 2017</u>	<u>Exercício 2017</u>	<u>Exercício 2016</u>
Aluguel, água e energia	4.737	8.727	7.559
Comunicações	2.131	4.998	7.388
Manutenção e conservação de bens	316	635	847
Processamento de dados	1.881	4.050	4.529
Promoções, relações públicas, propaganda, publicações	172	417	800
Taxas de administração de fundos	82	163	121
Serviços do sistema financeiro	1.291	3.185	5.096
Serviços de terceiros	328	558	3.311
Serviços técnicos especializados	1.869	3.789	7.334
Transportes	154	335	489
Viagens	208	631	2.544
Amortização e depreciação	3.305	5.332	5.214
Outras administrativas	922	2.084	2.293
TOTAL	<u>17.396</u>	<u>34.904</u>	<u>47.525</u>

e. Despesas tributárias

	<u>2º sem. 2017</u>	<u>Exercício 2017</u>	<u>Exercício 2016</u>
Imposto sobre serviços (ISS)	269	652	1.035
COFINS	2070	4.509	6.926
PIS	336	732	1.126
Outros tributos federais, estaduais e municipais	331	751	802
TOTAL	<u>3.006</u>	<u>6.644</u>	<u>9.889</u>

f. Outras receitas operacionais

	<u>2º sem. 2017</u>	<u>Exercício 2017</u>	<u>Exercício 2016</u>
Varição cambial de investimentos em dependência no exterior	- 19	4.755	-
Receitas financeiras	48	178	-
Rendas de créditos por avais e fianças honrados	-	602	-
Reversão de provisão de garantias financeiras prestadas	5	1.007	-
Reversão de provisões	177	177	-
Juros de depósitos em garantia	217	217	-
Outras receitas (basicamente atualizações monetárias)	9	204	3.000
Ajuste de Avaliação Patrimonial Cayman	133	133	-
TOTAL	<u>570</u>	<u>7.273</u>	<u>3.000</u>

g. Outras despesas operacionais

	<u>2º sem. 2017</u>	<u>Exercício 2017</u>	<u>Exercício 2016</u>
Varição cambial de investimentos em dependência no exterior	-	-	62.891
Complemento (Reversão) de provisão para riscos de crédito	5.486	5.827	253
Varição cambial de Disponibilidades em ME	458	458	4.427
Passivos Trabalhista	540	540	1.674
Outras despesas	1.107	1.437	1.638
TOTAL	<u>7.591</u>	<u>8.262</u>	<u>70.883</u>

18 Reestruturação Organizacional

Em março de 2017, o Haitong Bank S.A. lançou as bases do seu planejamento estratégico denominado “Haitong 2025”. Este plano estratégico possui as seguintes principais definições: (i) Definição de 3 Pilares de Negócios: *Investment Bank*, *Markets* e *Alternative Products* (Asset/Private Equity/Fundos Estruturados);

(ii) Ênfase no ângulo Chinês; (iii) Foco de atuação no Brasil, Ibéria e Polônia como países “Originadores” e Nova York e Londres como países “Distribuidores”; e (iv) Revisão e Otimização da estrutura de custos.

Como parte integrante do projeto Haitong 2025, a Administração do Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. vem aperfeiçoando seu plano estratégico baseado na rentabilidade dos negócios e no aumento da eficiência operacional, com o controle efetivo de custos. Neste cenário, no decorrer do primeiro semestre de 2017, foram adotadas uma série de mudanças na estrutura organizacional do Banco e controladas, com destaque:

a) conclusão dos processos de otimização da estrutura de governança e da reorganização das áreas de negócios, operacionais, institucionais e administrativas, possibilitando a redução do quadro de funcionários do Banco e controladas;

b) a controlada Haitong Securities do Brasil Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (CCVM) suspendeu suas atividades como Participante de Negociação (“PN”) junto à B3, deixando de realizar operações próprias e a intermediar operações de seus clientes; e

c) redução de 30% dos custos de pessoal e de infraestrutura principalmente relativos ao espaço físico das instalações, das despesas de comunicações e de tecnologia e informática, dentre outras.

A adoção dessas mudanças na estrutura organizacional do Banco e controladas aumentou as despesas de pessoal e de outras despesas administrativas, elevando o prejuízo obtido no exercício, conforme demonstramos:

	Impactos da Reestruturação Organizacional
. Prejuízo do exercício	(92.153)
. Ajustes extraordinários:	13.473
. Despesas de pessoal	16.197
. Outras despesas administrativas	8.299
. Efeitos de CSLL e IRPJ	(11.023)
. Prejuízo do exercício ajustado	<u>(78.680)</u>

Por outro lado, confirma-se o plano estratégico adotado com impactos positivos já a partir do segundo semestre do corrente ano. Com essa ênfase, a Administração permanecerá avaliando suas estratégias com o propósito de buscar eficiência operacional e rentabilidade aos seus acionistas.
